



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO
SUDOESTE /PR**

Pregão Eletrônico N° 19/2026

CAMILA PAULA BERGAMO, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, com inscrição suplementar nesta Seccional, sob o nº 120313, desde 08/08/2023, estando habilitada para o exercício da advocacia, com estabelecimento profissional à Rua Marechal Deodoro, 344, Centro, Apto 402, Edifício Residencial Mozart, CEP 89.700-172, endereço eletrônico camilabergamoadv@hotmail.com, vem, à presença de V.S.^a, com fulcro na lei nº 14.133/21, seus artigos e suas alterações posteriores, tempestivamente apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, consoante os fatos e fundamentos que passa a expor:

PRELIMINAR - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para abertura na data de 25/05/2026, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 164 da Lei Nº 14.133/21, qual seja, o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

SÍNTESE DOS FATOS

A presente impugnação diz respeito ao Edital de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 19/2026, a realizar-se na data de 25/05/2026, proposto pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste /PR, tendo como objeto a aquisição de pneus novos, conforme especificações do Edital e seus anexos.



Contudo, verificou-se que no texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes.

Dessa forma, requer o recebimento da presente impugnação, para que sejam aceitos os questionamentos abaixo elencados, para que seja garantido os princípios norteadores do processo licitatório, inclusive, o da ampla concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

MÉRITO

DA ILEGALIDADE DE PADRONIZAÇÃO DE MARCAS EM LICITAÇÃO DE PNEUS

Primeiramente, insta destacar o que menciona a Lei 14.133/21 acerca da possibilidade de padronização de marcas:

Conforme o Artigo 41 da Nova Lei de Licitações:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá **excepcionalmente**:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor **forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante**;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo **aptos a servir apenas como referência**;

[...] (GRIFO NOSSO)

Nota-se pela redação que qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência,



sendo que, ausente e/ou não fundamentada adequadamente, essa justificativa demonstra-se ilegal a restrição inserida no instrumento convocatório.

As marcas apontadas como aptas para a Administração municipal estão elencadas no seguinte item do edital:

2.4. FORAM SUGERIDAS MARCAS DE PNEUS RECONHECIDAS NACIONALMENTE, EXEMPLOS: Firestone, Goodyear, Pirelli, Continental, Michellin Bridgeston e Dunlop, ou similar ou superior.

2.5. Caso seja ofertada marca diferente das recomendadas que atendam ao disposto neste termo de referência, esta deverá apresentar o mesmo nível de durabilidade, desempenho e segurança das marcas referenciais, sob pena de a contratada ser obrigada a substituir por uma das marcas previstas neste termo de referência, durante a execução do contrato.

Conforme verifica-se no edital e em seu processo de padronização de pneus, verifica-se que **não foram feitos estudos técnicos que demonstrassem a incompatibilidade dos demais produtos/marcas para atender as necessidades da Administração Pública**, sendo que sequer houve confecção de laudo por engenheiro técnico qualificado para atestar a necessidade da padronização de bens e/ou a incompatibilidade das demais marcas/ produtos, para o fim que se destina a aquisição dos bens, havendo apenas a SUGESTÃO das referidas marcas e a previsão de obrigação de fornecer os produtos das determinadas marcas caso os fornecidos não sejam do mesmo nível daquelas.

A indicação de marcas em editais de licitação tão somente é permitida **QUANDO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA E DEMONSTRADA A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM LICITAR AQUELE OBJETO. O que não é o caso em tela, visto que o produto pneu, independente da marca, constitui qualidade e características similares, sendo que a marca se trata de mera diferenciação dos produtos.**

Além do mais, a indicação da marca do produto a ser licitado não é regra. Trata-se de hipótese excepcional permitida apenas quando tecnicamente justificável. No mesmo sentido, apresentam-se decisões do TCU:



*A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, **que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público.** (Acórdão 113/16 – Plenário)*

*A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e **tecnicamente justificada** nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/16 – 2ª Câmara).*

Dessa forma, denota-se que a administração pública não observou os princípios da isonomia, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, restando completamente claro o direcionamento do certame para marcas de fabricação nacional, o que por si é completamente ilegal.

Acerca indicação de marca, eis o que consta na consulta 849.726/2013 do TCE-MG:

“Assim, a única justificativa para indicação de marca, conforme o § 5º do art. 7º da Lei de Licitações, que a autoriza, deve estar amparada em razões de ordem técnica, motivada e documentada, observando a impessoalidade. Em se tratando de áreas específicas e especializadas, o laudo pericial deverá fazer parte dos autos. (...) A doutrina tem entendido que a aquisição de produto de marca determinada, com exclusão de similares, é possível em três hipóteses: para a continuidade de utilização de marca adotada no serviço público; para a adoção de nova marca mais conveniente que as utilizadas; para padronização de marca ou tipo no serviço público. Nessas três hipóteses, o essencial é que a Administração demonstre que a adoção da marca busca apenas atender o interesse público, afastadas as predileções ou aversões pessoais do administrador.”

A padronização de marca somente é possível em casos excepcionais, quando ficar incontestavelmente comprovado que apenas aquele produto, de marca certa, atende aos interesses da Administração. O QUE NÃO É O CASO DA LICITAÇÃO DE PNEUS, VISTO QUE VÁRIAS MARCAS, NÃO SENDO AQUELAS CITADAS NO EDITAL E/OU INCLUÍDAS NO ESTUDO TÉCNICO, PODEM SUPRIR A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.



Além do mais, é comprovadamente demonstrado que as marcas indicadas no presente edital não possuem exclusividade, ou seja, referidas marcas possuem modelos, índices de carga/velocidade, lonagem e demais características que demais marcas que não foram citadas na padronização possuem, e até mesmo são melhores em capacidade/qualidade.

Muitas vezes, o problema não está no pneu/marca utilizada, mas sim na aplicação/utilização do produto de forma inadequada. Posto isso, é importante que ao proceder com o termo de referência de um edital, se conheça o maquinário utilizado pelo órgão e qual o pneu que o manual deste indica na utilização, o que evita muitos problemas de segurança, desgaste e aumentaria a expectativa de vida do produto.

Ademais, a previsão de que “a contratada ser obrigada a substituir por uma das marcas previstas neste termo de referência, durante a execução do contrato” revela-se manifestamente ilegal, pois a aferição da qualidade, durabilidade e segurança dos pneus pode ser realizada por meio de catálogos técnicos e certificações oficiais, como o INMETRO, que constituem parâmetros objetivos e suficientes. A exigência de substituição vinculada exclusivamente a determinadas marcas nacionais não encontra respaldo na Lei nº 14.133/21, afronta os princípios da isonomia e da competitividade previstos no art. 37, XXI da Constituição Federal, e impõe ônus desproporcional à licitante vencedora, ao sujeitá-la a critérios subjetivos de qualidade sem parâmetros técnicos previamente estabelecidos, configurando restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

Portanto, resta completamente ilegal a exigência do edital, ao passo que é completamente infundada a referida padronização. Dessa forma, requer-se à administração pública a retificação do edital, de forma a incluir a palavra “SIMILAR” em seu termo de referência, ao lado da indicação da marca padronizada, para que os licitantes interessados atendam os índices e qualidade equivalente ao produto requerido pela Administração Pública. Da forma que se encontra o edital, resta completamente ilegal e possível de anulação, sendo necessária a imediata retificação.

PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;
- b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:

2.4. FORAM SUGERIDAS MARCAS DE PNEUS RECONHECIDAS NACIONALMENTE, EXEMPLOS: Firestone, Goodyear, Pirelli, Continental, Michellin Bridgeston e Dunlop, ou similar ou superior.

2.5. Caso seja ofertada marca diferente das recomendadas que atendam ao disposto neste termo de referência, esta deverá apresentar o mesmo nível de durabilidade, desempenho e segurança das marcas referenciais, sob pena de a contratada ser obrigada a substituir por uma das marcas previstas neste termo de referência, durante a execução do contrato.

Passe a incluir a palavra “SIMILAR” em seu termo de referência, ao lado da indicação da marca padronizada, para que os licitantes interessados atendam os índices e qualidade equivalente ao produto requerido pela Administração Pública.

- c) Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal.

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 18 de maio de 2026



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME
CAMILA PAULA BERGAMO

FILIAÇÃO
ARCEU PAULO BERGAMO
ADRIANE MUNARETTO BERGAMO

NATURALIDADE
CONCÓRDIA-SC

RG
5.753.017 - SSP/SC

DATA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR
08/08/2023

DATA DE NASCIMENTO
23/06/1994

CPF
090.926.489-90

VIA EXPEDIDO EM
01 10/08/2023

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

120313



M. Winter
MARILENA INDIRA WINTER
PRESIDENTE

2002
2002
2002
2002

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.200/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

13868207





ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

Camila P. Bergamo





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 650757/24
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
INTERESSADO: ANDERSON MANIQUE BARRETO, FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA, MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
RELATOR: CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

ACÓRDÃO Nº 3112/24 - Tribunal Pleno

Representação da Lei de Licitações. Medida cautelar de suspensão de procedimento licitatório. Homologação.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de cautelar, formulada por *Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira* em face do Edital de Pregão Eletrônico n.º 63/2024, lançado pelo Município de Coronel Vivida, cujo objeto consiste na formação de registro de preços para aquisições de pneus, câmaras, protetores novos, consoante especificações contidas no termo de referência – Anexo I.

A abertura da sessão encontra-se designada para 25/09/2024, às 14:00 horas.

A irrisignação ofertada decorre da previsão contida no item 5.2.1, no sentido de que *somente poderão participar empresas que apresentarem as seguinte MARCAS: Para os pneus: GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE, BRIDGESTONE e DUNLOP. E para câmaras de ar e protetores: PIRELLI, MICHELIN E TORTUGA, conforme Padronização de Bens Decreto Municipal 8.449/2024.*

Em cumprimento ao Despacho n.º 1214/24-GCDA (peça n.º 06), a municipalidade apresentou, em sede de manifestação preliminar, entre outros documentos, cópias do Decreto n.º 8.499/2024, da Ata n.º 01/2024 e da Ata n.º 02/2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

II. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Da leitura de tais atos, pude verificar que, inobstante haja nomeação formal de uma Comissão de Padronização pela Portaria n.º 018/2024, com o objetivo principal de angariar informações para padronizar as descrições de marcas e produtos, ao que tudo indica, tal formatação foi puramente ilustrativa e sem real finalidade.

Isso porque, a Ata n.º 02/2024, salvo pequenas alterações de palavras esparsas, reflete cópia quase fiel do teor da Ata de Conclusão dos Trabalhos constante do Processo Administrativo Padronizador n.º 01/2022, do Município de Juranda, analisada no protocolo de Representação n.º 13711-8/23.

Tal constatação torna questionável a regularidade defendida pelo Procurador Jurídico signatário da peça n.º 08, sobretudo se considerado que a exigência de marcas deve consistir em conduta de natureza excepcional, destinada a atender ao interesse público local, não se mostrando adequada, em uma primeira análise, a forma como foi realizada a restrição em voga pelo Município de Coronel Vivida.

Acerca do tema, tomo a liberdade de transcrever relevante e pertinente trecho da obra de Joel de Menezes Niebuhr¹:

O artigo 41 da Lei n.º 14.133/2021 prescreve que “no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá **excepcionalmente**: I – indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: (...)”. Bem se vê que **a indicação de marca é exceção, que, nessa qualidade, deve ser interpretada restritivamente. A regra é não indicar marca específica**, porque ela, na maioria dos casos, não é o fundamental para determinar ou não o atendimento ao interesse público. O que importa, noutras palavras, não é a marca, mas sim as especificidades de cada produto, suas características substanciais. Demais disso, ao exigir marca específica, a Administração restringe substancialmente a competitividade, uma vez que somente as pessoas que dispõem dos produtos com a marca exigida podem participar do certame, afastando várias outras, que trabalham com outras marcas e que poderiam atender perfeitamente às necessidades da Administração.

¹ Licitação pública e contrato administrativo. Joel de Menezes Niebuhr. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 438/4390.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Vê-se, no entanto, que a proibição de marcas não é absoluta, tanto que o supracitado artigo 41 a permite, ainda que excepcionalmente, com **motivação formal**. Cumpre sublinhar que a justificativa para a indicação de marca **não deve se restringir a afirmar que a marca eleita atende ao interesse público**. A justificativa, para ser legítima, deve demonstrar que somente a marca eleita atende ao interesse público, que ela tem peculiaridades que nenhuma outra tem e que elas são fundamentais, repita-se, para o interesse público. Isto é, deve-se demonstrar que nenhuma outra marca, afora a exigida no instrumento convocatório, atende ao interesse público.

(grifos nossos)

Assim, entendo que as justificativas utilizadas para a indicação de rol fechado de marcas em determinado certame devem ser individualmente realizadas por cada município, a partir de experiências pretéritas, bem como de necessidades locais, técnicas e financeiras específicas, não sendo aceitável a generalização daquilo que por essência é excepcional.

Aceitar tal modo de agir tornaria letra morta a excepcionalidade da exigência de marca expressamente postulada pela Lei n.º 14.133/2021.

Portanto, a representação em epígrafe foi recebida, visto que preenche os requisitos do artigo 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar Estadual n.º 113/2005) e dos artigos 275 e 276, *caput* e §1º, do Regimento Interno.

Por fim, quanto à medida cautelar pleiteada, verifico o preenchimento dos requisitos autorizadores da sua concessão, resultando na determinação de imediata suspensão do Pregão Eletrônico n.º 63/2024 no estado em que se encontra.

Explico.

O *fumus boni iuris* resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pela representante, conforme considerações tecidas anteriormente. O *periculum in mora*, por sua vez, está caracterizado na iminente abertura da sessão de pregão, prevista para a data de 25/09/2024, sendo a continuidade do certame, sem o enfrentamento prévio das questões ora discutidas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

capaz de acarretar prejuízos ao erário, em razão da possível restrição ao caráter competitivo.

Diante do exposto, por meio do Despacho n.º 1221/24, determinei a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico n.º 64/2024, no estado em que se encontra, com fundamento no inciso IV do § 2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no § 1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do Regimento Interno.

Isto posto, VOTO:

I - Pela homologação do Despacho n.º 1221/24;

II - Publicada a decisão, remeta-se o expediente à Diretoria de Protocolo para controle dos prazos de contraditório;

III - Após o decurso do prazo para defesa, com ou sem resposta, encaminhem-se à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para suas respectivas manifestações.

**VISTOS, relatados e discutidos estes autos de
REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES**

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I. Homologar o Despacho n.º 1221/24-GCDA;

II. Publicada a decisão, remeter o expediente à Diretoria de Protocolo para controle dos prazos de contraditório;

III. Após o decurso do prazo para defesa, com ou sem resposta, encaminhar os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para suas respectivas manifestações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 26 de setembro de 2024 – Sessão Virtual nº 18.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Presidente



Processo n.º:	11236-0200/25-7
Natureza:	Representação
Órgão:	Prefeitura Municipal – PM de DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES
Gestor:	Mauro Procópio Fortes de Quadros
Procuradores *:	Milani Advogados Associados, OAB/RS n.º 2.710 Casemiro Milani Junior, OAB/RS n.º 40.450 Eduardo Elsenbach Schmidt, OAB/SC n.º 57.256-B
Autora:	Camila Paula Bergamo
Exercício:	2025
Assunto:	Pregão Presencial n.º 16/2025. Aquisição de pneus. Indicação de marcas. Suposto direcionamento do certame.

**Procuração à peça n.º 6749159, ordem n.º 29*

Vistos em gabinete.

Registro, inicialmente, que o presente processo ingressou neste Gabinete no dia 08-07-2025, às 19h e 14min.

Trata-se de representação autuada por determinação da Direção de Controle e Fiscalização – DCF, com base na Resolução TCE-RS n.º 1.120/2020 (peça n.º 6715127, ordem n.º 09), a partir de manifestação formulada pela Senhora Camila Paula Bergamo, relatando possível irregularidade no Pregão Presencial n.º 16/2025, promovido pelo Município de Dois Irmãos das Missões, para o registro de preços com vista à aquisição de pneus destinados aos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, conforme especificações constantes no respectivo edital.

A autora da representação sustenta (peça n.º 6715091, ordem n.º 02) haver irregularidade no item 6.2.1 do edital, tendo em vista a restrição a 5 (cinco) marcas determinadas de pneus, sem justificativa plausível, em infringência ao artigo 41 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e em afronta aos princípios da isonomia e da ampla concorrência em licitações, caracterizando o direcionamento do certame aos fornecedores dessas marcas nacionais em detrimento de fornecedores de marcas estrangeiras que poderiam atender ao escopo da contratação pretendida. Defende que o edital, tal como publicado, é passível de anulação. Requer, liminarmente, a suspensão do certame até que o edital seja retificado com vista à aceitação de pneus com características similares.

Foi reputado necessário o encaminhamento do expediente à área técnica deste Tribunal, para que fossem agregados aos autos elementos sobre a pertinência do pleito e sobre eventual submissão a exame pelo Poder Judiciário, bem como para que se manifestasse acerca dos requisitos para a tutela de urgência requerida (peça n.º 6720006, ordem n.º 11).

Sobreveio, então, a Informação n.º 10/2025 do Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen – SRFW (peça n.º 6734557, ordem n.º 19). Consignou, na ocasião, já ter



ocorrido a sessão de apresentação de lances do Pregão Presencial n.º 16/2025, da qual participaram 4 (quatro) empresas, não atingindo, segundo o SRFW, o nível desejável de competitividade. Referiu o item 6.2 do termo de referência do pregão, que contém a justificativa para a indicação de marcas ou modelos. Concluiu assistir razão à autora da representação, porque, afora a justificativa constante no termo de referência, o processo licitatório atinente ao pregão em questão não apresenta estudos, laudos ou análises técnicas acerca da ausência de qualidade de produtos estrangeiros ou similares a motivar o afastamento desses produtos, nem demonstração de histórico de desempenho e durabilidade das marcas indicadas. Entendeu não ter havido o plano atendimento do disposto no artigo 41 da Lei Federal n.º 14.133/2021, implicando restrição à competitividade.

Acrescentou que, nos termos do Plano Anual de Fiscalização, o Pregão Presencial n.º 16/2025 foi objeto de acompanhamento concomitante pela Auditoria deste Tribunal, que identificou a prática de sobrepreço, com potencial prejuízo ao erário na ordem de R\$ 204.020,00, equivalente a 33%, em relação a valores praticados para idênticos produtos no Pregão Eletrônico n.º 09/2024, certame promovido pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAUI, do qual o Município de Dois Irmãos das Missões é integrante. Salientou que, embora consorciado, o Município de Dois Irmãos das Missões não aderiu ao registro de preços decorrente do certame promovido pelo CIMAUI, optando por realizar o Pregão Presencial n.º 16/2025.

Manifestou-se pela pertinência do pleito em face das competências deste Tribunal e informou que a questão atinente ao Pregão Presencial n.º 16/2025 não fora, até aquele momento, submetida ao Poder Judiciário. Sugeriu a emissão de tutela de urgência para determinar a suspensão do certame até decisão de mérito; quanto ao mérito, sugeriu a declaração de nulidade do pregão.

Diante da possibilidade da concessão da tutela de urgência, foi determinada, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV, do RI-TCE/RS, a citação do gestor, a fim de que integrasse o feito. Ainda, foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, com fundamento no artigo 10, inciso II, c/c o artigo 17, ambos da Resolução TCE-RS n.º 1.112/2019, para a apresentação de informações prévias, oportunizando manifestação, precipuamente, sobre as razões alinhadas pela autora da representação e pela equipe de auditoria. Restou diferido, assim, o pronunciamento a respeito da tutela de urgência requerida (peça n.º 6737842, ordem n.º 22).

Certificado o comparecimento espontâneo do gestor (peça n.º 6749522, ordem n.º 30), foram juntadas aos autos as informações prévias da parte do Senhor Mauro Procópio Fortes de Quadros (peça n.º 6749158, ordem n.º 28), documento firmado por procurador habilitado nos autos (peça n.º 6749159, ordem n.º 29).

O gestor alegou que as considerações da autora da representação não estariam lastreadas em adequada análise dos fatos e da norma posta no artigo 41, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Transcreveu as justificativas da Administração expostas no item 6.2 do termo de referência do Pregão Presencial n.º 16/2025, as quais defendeu como suficientes ao atendimento do mencionado artigo 41. Citou decisões deste Tribunal de Contas no Processo n.º 19235-0200/24-4 e no Processo n.º 18881-0200/24-4. Sustentou ser público e notório, não dependendo de comprovação, que as marcas de pneus similares ou estrangeiras têm condições técnicas de durabilidade e eficiência inferiores às exigidas no pregão em questão.



Contestou a indicação de sobrepreço em relação ao certame promovido pela CIMAUI, homologado em 23-12-2024, argumentando que, na virada do ano, o preço dos pneus sofreu reajuste e, além disso, que se refere a pneus de marca diversa daquelas indicadas no Pregão Presencial n.º 16/2025. Observou que as marcas nacionais de pneus cotadas no certame promovido pela CIMAUI alcançaram preços próximos daqueles cotados no Pregão em comento. Referiu o artigo 22 do Decreto n.º 7.892/2013 no tocante a condições para adesão ao registro de preços. Afirmou ter sido realizada pesquisa de preços para o Pregão Presencial n.º 16/2025.

Informou que o pregão foi homologado, porém, por cautela, não foi solicitada a entrega de pneus, aguardando a decisão deste Tribunal acerca da representação. Não juntou documentos. Requereu a improcedência da representação.

Ao elaborar a análise dos esclarecimentos, o Serviço de Instrução Estadual e Municipal – SIEM (peça n.º 6762116, ordem n.º 31), entendeu que as justificativas constantes no termo de referência não eram suficientes para justificar a indicação das marcas, na medida em que desacompanhadas de análise ou laudos técnicos que as embasassem. Que esse embasamento técnico não está dispensado, porque a sustentada vantajosidade das marcas discriminadas não é de conhecimento público e notório, exigindo motivação; o mesmo ocorrendo em relação às desvantagens associadas a marcas similares ou estrangeiras. No tocante ao sobrepreço, destacou que a alegação do gestor quanto ao reajuste de valores veio desacompanhada de comprovação, sendo que a equipe de auditoria deste Tribunal constatou significativa variação, na ordem de 33%, entre os preços cotados no certame promovido pelo CIMAUI e os cotados no pregão sob exame. Ratificou a Informação n.º 10/2025 do SRFW, sugerindo a concessão da tutela de urgência e, no mérito, a nulidade do Pregão Presencial n.º 16/2025.

É, em síntese, o Relatório.

Decido.

Preliminarmente, ratifico o avaliado no despacho da peça n.º 6737842, ordem n.º 22, no sentido de que a representação preenche os requisitos previstos no artigo 11 da Resolução TCE-RS n.º 1.120/2020, cabendo, por isso, o seu prosseguimento.

Compulsando os autos e atento ao cerne da representação, que diz com suposta irregularidade no item 6.2.1 do edital do Pregão Presencial n.º 16/2025 promovido pela PM de Dois Irmãos das Missões, tendo em vista a indicação expressa de 5 (cinco) marcas de pneus a serem aceitas no certame, que objetiva o registro de preços com vista à aquisição de pneus destinados aos veículos e maquinários pertencentes à frota municipal, tenho, neste momento de cognição restrita e considerando os elementos e documentos até então coligidos aos autos, que assiste razão à autora da representação e à área técnica deste Tribunal quanto à apontada ausência de lastro técnico que ampare as justificativas da Administração, expostas no item 6.2 do respectivo termo de referência, para que o objeto da licitação se restrinja a pneus das marcas Bridgestone, Pirelli, Michelin, Continental e Goodyear.



De fato, o artigo 41, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021¹ permite a indicação de marcas por parte da Administração. Porém, a redação do dispositivo é clara no sentido de que se trata de uma medida excepcional, que deve estar acompanhada de justificativa formal e atrelada a uma das hipóteses taxativamente previstas nas suas alíneas.

Ademais, o referido dispositivo não deve ser interpretado isoladamente. A sua adequada compreensão decorre da interação com o ordenamento jurídico naquilo que pertinente, inclusive com disposições da própria Lei Federal n.º 14.133/2021, a qual, em seu artigo 6º, inciso XXIII, alínea “b”,² define que o termo de referência deve aludir aos chamados estudos técnicos preliminares.

Os estudos técnicos preliminares integram a fase de planejamento da contratação, cabendo lembrar que, dada a sua importância, a Lei Federal n.º 14.133/2021, em seu artigo 5º, acolheu o planejamento como um princípio a nortear o regramento das licitações e contratos.

E, para uma definição objetiva dos estudos técnicos preliminares, valho-me do artigo 3º, inciso XI, do Decreto Federal n.º 10.024/2019,³ dispositivo segundo o qual os estudos técnicos preliminares devem conter, entre outros elementos, aqueles que digam com padrões de desempenho e de qualidade para a definição do objeto, sem implicar especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem ou frustrem a competição.

¹ Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência; II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação; III - vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual; IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor. Parágrafo único. A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.

² Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: (...) b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

³ Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: (...) XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter: a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações: 1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame; 2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário; b) o critério de aceitação do objeto; c) os deveres do contratado e do contratante; d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária; e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços; f) o prazo para execução do contrato; e g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.



Com o mesmo intento, valho-me, também, de doutrina jurídica, de cuja preleção depreendo que os estudos técnicos preliminares, que embasam a definição do objeto que atenderá ao interesse público que motiva a contratação, devem considerar as opções que o mercado oferece e a avaliação das características dos produtos em face das necessidades da Administração, inclusive no tocante a prazos de entrega, gerenciamento de estoques e condições de manutenção.

Identificada a demanda e justificada a contratação, o passo seguinte, invariavelmente, será o de se identificar e individualizar o objeto (Passo 2) ao qual se prestará o atendimento da dita situação. Nessa fase, o agente responsável irá verificar, diante das suas necessidades e das opções que o mercado oferece, qual o objeto adequado à satisfação do interesse público, suas características técnicas e pormenores. Desse estudo resultará a especificação que balizará a formulação das propostas dos futuros licitantes. A individualização do objeto não representa apenas a descrição técnica deste. O nível de detalhamento descenderá até as questões de ordem contratual, como prazos de execução/entrega; metodologias; periodicidades; obrigações acessórias (manutenção em garantia, transporte, instalação etc.). Disso decorre que se trata de uma das atividades mais importantes e mais complexas de todo o ciclo da contratação. – CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. *Como fixar os requisitos de qualificação técnica nas licitações da Administração Pública. 1.ed.*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/L4454>. Acesso em: 10 jul. 2025. Pág. 36.

É essa justificativa técnica expressa e prévia ao certame que garante a definição do objeto que melhor possa satisfazer o interesse público, tanto sob o aspecto do atendimento da demanda, como sob o prisma econômico-financeiro, a partir da ampla concorrência que dá ensejo à consecução da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Convém registrar, por oportuno, que o mencionado artigo 41 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em seu inciso III, admite, também em caráter excepcional, que a Administração licitante vede a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual. Essa possibilidade está, do mesmo modo, condicionada à evidência técnica, não bastando mera alegação.

Neste ponto, friso que a exigência legal de embasamento técnico para as especificações do objeto licitado, notadamente quando restritivas, torna inaceitável a exigência de determinadas marcas com base no critério de que seria público e notório que demais marcas não atenderiam adequadamente à demanda da Administração.

Assim, no caso em tela, não tendo sido apresentados, até este momento, os estudos técnicos preliminares bem como qualquer outro documento que embase tecnicamente a opção da PM de Dois Irmãos das Missões pela restrição do objeto licitado às marcas Bridgestone, Pirelli, Michelin, Continental e Goodyear, tenho como presente o *fumus boni iuris* que fundamenta a tutela de urgência requerida na Informação n.º 10/2025 do SRFW. Tenho como presente, também, o *periculum in mora*, em face da homologação do Pregão Presencial n.º 16/2025, o que



possibilita, a qualquer momento, que a Administração demande o fornecimento de pneus, fazendo surtir efeitos concretos do certame objeto de crítica.

Não obstante a ilegalidade vislumbrada, por determinação legal (dispositivos do Decreto-Lei n.º 4.657/1942, a chamada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, especialmente aqueles decorrentes das alterações promovidas pela Lei Federal n.º 13.655/2018, que trouxe disposições sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público), atendo-me, agora, ao contexto em que ela está envolvida, com vista à formação do meu juízo a respeito da tutela de urgência, de modo a salvaguardar o interesse público na maior medida possível.

Nesse intento, primeiramente, destaco que, conforme notícias trazidas aos autos pelo SRFW e pelo gestor (peça n.º 6734557, ordem n.º 13; pág. 03 da peça n.º 6734557, ordem n.º 19, e pág. 11 da peça n.º 6749158, ordem n.º 28), a sessão do Pregão Presencial n.º 16/2025 já se consumou, a ela tendo acudido 4 (quatro) fornecedores, estando o respectivo objeto adjudicado e o certame homologado, sem que tenha havido qualquer solicitação de entrega de pneus por parte da Administração.

Paralelamente a isso, a ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico n.º 09/2024, homologado em 24-12-2024, promovido pelo CIMAUI, consórcio do qual o Município de Dois Irmãos das Missões é integrante, segue vigente, havendo, inclusive, modelos selecionados que correspondem a algumas das marcas indicadas pela PM de Dois Irmãos das Missões no item 6.2.1 do edital do Pregão Presencial n.º 16/2025 (peça n.º 6731963, ordem 14; peça n.º 6731992, ordem n.º 15, e peça n.º 6724564, ordem n.º 16). Está à disposição da PM de Dois Irmãos das Missões, em princípio, aderir à ata de registros de preços decorrente daquele pregão, na forma regulamentada pelo Decreto Federal n.º 11.462/2023, para o fim de satisfazer o interesse público que motivou o Pregão Presencial n.º 16/2025.

Segundo informado pelo SRFW (págs. 06/07 da peça n.º 6734557, ordem n.º 19), a licitação promovida pelo CIMAUI abrange produtos idênticos àqueles licitados pela PM de Dois Irmãos das Missões e registrou valores significativamente mais reduzidos, na ordem de 33%. E, não obstante o gestor tenha aduzido que a diferença de valores decorreria de reajuste ocorrido na virada do ano e do fato de abranger pneus de marcas diversas, não trouxe aos autos correspondente comprovação.

Aqui, porque pertinente, trago a lume o disposto nos artigos 20 e 21 da LINDB,⁴ incluídos pela Lei Federal n.º 13.655/2018, que estabelecem, com alcance também à esfera

⁴ **Art. 20.** Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. **Art. 21.** A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.



controladora, o compromisso de que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, com avaliação da necessidade e da adequação da medida imposta, bem como com o cuidado de que não conduza os sujeitos atingidos a ônus ou perdas anormais ou excessivos. Entendo que a emissão de tutela de urgência, neste caso concreto, para determinar a suspensão de quaisquer atos decorrentes do certame realizado pela Prefeitura é medida que se impõe para evitar a produção de efeitos da ilegalidade vislumbrada em prejuízo da ampla concorrência, sem importar em ônus excessivo à Administração.

Dito isso, com apoio nos artigos 10 e 12 da Resolução TCE-RS n.º 1.112/2019, acolho os termos da Informação n.º 10/2025-SRFW e **concedo a tutela de urgência** sugerida pelo Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen, determinando a suspensão de quaisquer atos decorrentes do Pregão Presencial n.º 16/2025 promovido pela PM de Dois Irmãos das Missões, até que este Tribunal emita decisão de mérito ou até que eventualmente aporem aos autos elementos que demandem a revisão dessa medida.

Determino a intimação do Gestor da PM de Dois Irmãos das Missões, nos termos do artigo 13, inciso II, da Resolução TCE/RS n.º 1.112/2019, **para, querendo, prestar esclarecimentos complementares, no prazo de 30 (trinta) dias**, a respeito dos fatos sob exame neste processo. Na sequência, os autos deverão ser encaminhados para análise da Supervisão competente e do Ministério Público de Contas – MPC, encerrando a instrução.

Cientifique-se o Ministério Público junto a esta Corte de Contas, nos termos do artigo 36, VII, do RI-TCE/RS.

Cientifique-se o Controle Interno do Município para fins do previsto no parágrafo único do artigo 4º da Resolução TCE/RS n.º 1.112/2019.

Publique-se.

À Direção de Controle e Fiscalização, para adoção das providências de estilo.

Conselheiro EDSON BRUM,
Relator.